



PREFEITURA DE

CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

 **Mais
Ciência**

Identificação e análise das áreas de exclusão social para fins de diagnóstico das condições socioeconômicas da infância e juventude de Campos dos Goytacazes

Orientador: Leandro Bruno Santos

Bolsista: Glaucia de Oliveira Claudio

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

2020





SUMÁRIO

a) Resumo do plano inicial	3
b) O que foi feito desde então	4
c) Dificuldades surgidas no período	5
d) Resultados obtidos.....	6
Da desigual riqueza à pobreza	6
A exclusão social frente à vulnerabilidade	11
A evolução de indicadores sociais da cidade de Campos dos Goytacazes	12
Referências Bibliográficas	33

a) Resumo do plano inicial

A presente pesquisa buscou contribuir com o poder público municipal, através da produção e leitura de indicadores sociais territorializados, mediante a representação cartográfica, construída a partir de uma base metodológica para a análise da exclusão social que atinge crianças e jovens na cidade de Campos dos Goytacazes. Os resultados poderão ser utilizados para fins de elaboração e implementação de políticas sociais que considerem a dimensão territorial.

Com isso, nossos objetivos específicos consistiram em: i) compreender os processos de expansão urbana de Campos dos Goytacazes, a fim de entender a formação de bairros periféricos e a dotação de infraestruturas sociais e econômicas (circulação, educação, saúde etc.) no espaço intra-urbano; ii) contribuir para o aprofundamento da compreensão da vulnerabilidade social, especialmente dos jovens de Campos dos Goytacazes, por meio da análise de indicadores (educação, renda, saúde, segurança pública etc.) que retratam a exclusão social; iii) desenvolver aprimoramento metodológico das leituras das desigualdades territoriais intra-urbanas, especialmente com uso de tecnologias livres e abertas (softwares livres de mapeamento) e uso de indicadores de fácil construção e entendimento, a fim de transferir produtos e tecnologias para gestores de políticas públicas.

Como ponto de partida, realizamos revisões bibliográficas de temas atinentes à exclusão social, desigualdade, vulnerabilidade de jovens, políticas públicas, entre outros. Além disso, levantamos dados de fontes públicas, tais como Censos Demográficos do IBGE (2000 e 2010), PNAD, RAIS/CAGED. Tais dados foram sistematizados através de softwares livres para tratamento estatístico e espacial dos dados, visando à construção de um “Atlas da exclusão social” da cidade de Campos dos Goytacazes, permitindo uma análise comparativa dos períodos 2000 e 2010, levando em consideração os dois últimos Censos Demográficos divulgados e que poderão ser utilizados para auxiliar o poder público na compreensão as áreas marcadas pela exclusão social, a fim de diminuir vulnerabilidade de crianças e jovens da cidade.

b) O que foi feito desde então

Pensando em traçar o perfil socioeconômico de crianças e jovens, buscamos realizar o levantamento e a sistematização de indicadores de vulnerabilidade de jovens e adolescentes de Campos dos Goytacazes, tendo como recorte ao perímetro urbano da cidade de Campos dos Goytacazes.

Além do levantamento bibliográfico sobre temáticas como desigualdade, pobreza, exclusão social, vulnerabilidade socioeconômica, construção de índice de vulnerabilidade juvenil e outros temas atinentes aos direitos de criança e adolescentes, realizamos o levantamento de dados secundários do Censo Demográfico 2000 e 2010 do IBGE por setor censitário da malha urbana. Os dados foram selecionados a partir das temáticas ambiente, demografia, educação e economia. E, dentro destas, foram selecionadas algumas variáveis: I. Demografia (média de pessoas por domicílio por setor, chefes de família de 10 a 19 anos por setor), II. Educação (taxa de analfabetismo de 10 a 14 anos, % de chefes de família com baixa escolaridade – 4 anos de estudos); III. Economia (chefes de família com renda de até 2 salários mínimos, chefes de família sem rendimento, chefes de família com 20 ou mais salários mínimos); IV. Ambiente (% de domicílios sem banheiro, % de domicílios com 4 banheiros ou mais, % de domicílios ligados à rede de esgoto). A partir deste levantamento inicial e da sobreposição dos indicadores, foi possível identificar áreas marcadas pela exclusão social na cidade, que se apresentam concentradas nos bairros periféricos, mas não de forma homogênea.

Contamos também com o levantamento e sistematização dos dados de empenho das escolas através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, para entender onde estão espacializadas as escolas que têm apresentado um desenvolvimento abaixo da meta esperada, com o intuito de que este material possa auxiliar em ações futuras visando compreender as urgências de cada escola e cada bairro onde ela se encontra inserida. Levantamos e sistematizamos dados Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, na qual tivemos acesso a informações de famílias e pessoas cadastradas no CADÚnico do ano de 2019, ou seja, no período anterior a pandemia, que nos permitiu identificar as famílias em situações de pobreza e extrema pobreza, bem como identificar as situações socioeconômicas dos núcleos

familiares de jovens e adolescentes da cidade de Campos.

c) Dificuldades surgidas no período

A primeira dificuldade que surgiu durante a pesquisa foi ainda em relação ao cruzamento dos dados do setor censitário com outras informações que retratem a realidade atual de jovens e adolescentes da cidade, principalmente pelo fato de estarmos lidando com o censo IBGE de dez anos atrás.

A segunda dificuldade que surgiu e a mais grave foi a quarentena provocada pela pandemia do Covid-19 no início de 2020, a qual comprometeu desde o começo os primeiros contatos e reuniões com a secretaria e dificultou pensarmos estratégias de como trabalhar os dados sobre estes jovens e adolescentes.

Inicialmente, mediante a toda situação atípica que o ano de 2020 foi, pensamos em traçar o perfil socioeconômico de crianças e jovens, buscando realizar o levantamento e a sistematização de indicadores de vulnerabilidade de jovens e adolescentes de Campos dos Goytacazes a partir do levantamento de indicador de educação com as variáveis de evasão escolar e frequência no fundamental e médio; indicador de saúde com as variáveis de fecundidade precoce para jovens do sexo feminino e homicídio para masculino, e também o indicador de renda desses jovens de até 24 anos. E, dentre estas, selecionar algumas variáveis para fundi-las com outros indicadores que permitam adentrar mais o perfil de vulnerabilidade de jovens e adolescentes.

Porém, precisamos abrir mão de boa parte de nossas pretensões, pois a eventualidade do momento alterou o ritmo da pesquisa, por conta da falta de suporte de uma infraestrutura adequada como a universidade. O que levou a pesquisa depender apenas de um computador pessoal que enfrentou dois problemas técnicos que comprometeu boa parte do que havia sido construído até então. Tendo isso em consideração, e em função do tempo que levaria levantar e sistematizar os dados citados acima, precisamos pensar outras formas de continuar a pesquisa, recorrendo a outras informações para as adaptações adequadas a pesquisa.

Uma outra dificuldade que surgiu durante este período é que o nosso plano inicial almejava realizar um balanço comparativo entre os censos de 2010 e 2020, porém este último foi adiado sem previsão para ser divulgado, ou seja, ficamos sem o comparativos para sabermos a evolução dos indicadores na última década e que permita retratar a realidade da atual situação de jovens e adolescentes da cidade.

d) Resultados obtidos

Da desigual riqueza à pobreza

A desigualdade social possui diferentes formas de expressão, sendo que, no Brasil, ela é evidente a partir da renda. Singer (2006) destaca que a distância entre ricos e pobres, negros e brancos, moradores do campo e da cidade, indivíduos com alta e baixa escolaridade, é maior que em qualquer outra parte do planeta. Essa desigualdade se reflete no índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* de 0,549 em 2017. Essa desigualdade não é momentânea, mas estrutural e histórica, ligada à formação territorial do Brasil, onde não se realizaram reformas agrárias e urbanas, essenciais para distribuição de renda. A falta de acesso à terra e à moradia é agravada pela pouca ou ausência de serviços e equipamentos fundamentais, como educação, saúde e saneamento básico (SCHWARTZMAN, 2004; ROCHA, 2006).

Rocha (2006) mostra que a desigualdade no Brasil, até a década de 1990, decorre da incidência da pobreza. O IBGE, com o estudo *Síntese de Indicadores Sociais*, mostra que aproximadamente 25,4% da população brasileira vivem com menos de R\$ 387,00 por mês. Neste estudo, 64,9% da população brasileira tem restrição a pelo menos um de seus direitos fundamentais - acesso à educação, proteção social, moradia adequada, serviços de saneamento básico e internet. O percentual é ainda maior de privação (81,3%) para mulheres pretas ou pardas sem cônjuge com filhos de até 14 anos. Ou seja, a desigualdade social no Brasil tem uma nítida relação com raça e gênero.

Dados divulgados pelo IBGE, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), indicam que a fatia da renda nacional apropriada pelos 10% mais

ricos atingiu 43,3% no ano de 2017, ao passo que a renda dos 10% mais pobres atingiu 0,7%. Apesar dessa disparidade, a criação do Programa Bolsa Família, no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, foi importante para a redução das grandes fontes de desigualdade. Outros fatores que contribuíram para a redução da desigualdade foram a política de valorização do salário mínimo e a recuperação da capacidade de investimento e planejamento do Estado nos últimos anos, responsáveis pelo aumento da parcela de salários sobre a riqueza social.

Contudo, mais recentemente, com as políticas draconianas de ajuste fiscal em favor do sistema financeiro, temos assistido ao desmantelamento das políticas bem sucedidas na diminuição da desigualdade social. Ao fim e ao cabo, as políticas de ajuste fiscal tendem a reconcentrar a renda em favor dos mais ricos. Austeridade leva a maior desigualdade social e a retomada do crescimento econômico esconde uma maior exploração do trabalho e diminuição da renda do trabalho sobre a riqueza social. Stieglitz (2015) é categórico ao afirmar que a desigualdade é um entrave ao crescimento econômico e ao desenvolvimento.

Partindo da visão macro utilizada por Thomas Piketty (2014), a desigualdade não pode ser pensada aos moldes da “Curva de Kuznetz” que foi produto da Guerra Fria, na qual a desigualdade mostrava-se crescente e tem seu decréscimo a partir dos avanços provenientes da industrialização e do desenvolvimento econômico. Segundo Piketty (2014), esta curva caminharia em direção oposta no final do século XX, voltando a crescer de forma brutal. E para isso, o autor faz uma análise em longo prazo, utilizando duas fontes de dados: a renda (derivado do trabalho e do capital) e a riqueza (tanto em relação com a renda quando aos patrimônios familiares), para nos mostrar que a dinâmica da relação do capital e renda, em longo prazo, vai depender tanto da taxa de crescimento (anual da renda e da produção) e da taxa de remuneração do capital (média de rendimento anual, sob a forma de lucros, dividendos, juros, aluguéis etc.).

Vale ressaltar que, para o economista francês, o “capital” não diz respeito ao “capital humano”, que, segundo o autor, é utilizado de forma “inadequada” por economistas, pois abrange a força de trabalho e as habilidades de cada indivíduo. Para Piketty (2014),

[...] o capital é definido como o conjunto de ativos não humanos que

podem ser adquiridos, vendidos e comprados em algum mercado. Assim, o capital compreende, especificamente, o conjunto formado pelo capital imobiliário (imóveis, casas), utilizado para moradia, e pelo capital financeiro e profissional (edifícios e infra-estruturar, equipamentos, máquinas, patentes etc.), usado pelas empresas e pela administração pública (PIKETTY, 2014, p. 54).

E a partir do momento em que a taxa de remuneração – r – tem uma queda menor que a taxa de crescimento – g –, a desigualdade aumentaria. Ou seja, a desigualdade não seria apenas o resultado desigual de crescimentos econômicos e demográficos, mas a relação deste com o capital que abrange todo tipo de riqueza. E isso se reflete diretamente na sociedade porque a remuneração do capital, ou seja, o aumento da riqueza tende-se a se elevar bem mais que o rendimento da renda. Uma das explicações para isso é que a riqueza hereditária tende a se manter concentrada acentuando ainda mais a desigualdade. Como já haviam elucidado Harvey (2004) e Soja (1993) ao relacionarem a desigualdade com a existência de uma sociedade de classe que diferencia os seus membros pela posição que ocupam na produção e distribuição da riqueza.

Atkinson (2015) questiona se o foco da desigualdade deveria ser apenas a pobreza, chamando a atenção para a forma em como precisamos ver a sociedade capitalista em que vivemos, de maneira imbricada às fortunas de alguns indivíduos e grupo de famílias, e como estas afetam diretamente as camadas mais pobres. Mostrando que em países a “pobreza maior tende a andar ao lado de estratos superiores mais concentrados” (ATKINSON, 2015, p 49). Ou seja, a pobreza só existe porque há a concentração de riqueza para uma pequena parcela da sociedade que já consolidou sua riqueza ao longo de gerações através de patrimônios familiares. Porém, isto não deve ser utilizado como parâmetro para justificar o fracasso ou o sucesso proveniente dos esforços, desempenho e interesses individuais de cada sujeito.

O que pretendemos mostrar até aqui é que, além de desigual, a corrida para driblar a pobreza é injusta. Pois ela vai muito além dos esforços individuais tão exaltados nos últimos tempos. Ela atravessa gerações e se acentua com a consolidação de

concentração de riqueza que transmite poder que “pode ser exercido sobre à família de alguém, por exemplo, com a transmissão da riqueza para os herdeiros, ou de forma mais geral, com o controle da mídia ou a influência em partidos políticos” (ATKINSON, 2015, p.63)

Quando falamos de pobreza, precisamos ter em mente que não se trata apenas de uma pobreza de renda, mas sim da falta de acesso a uma gama de recursos essenciais para que os indivíduos vivam de forma digna em sociedade. Este conceito já foi descrito por autores como Engels (1975) que retratou as condições de vida da população trabalhadora na Inglaterra. Levitas (2006) traz a definição de exclusão social atrelada às consequências da pobreza, porém, com base em Townsed (1979), esta pobreza não deve limitar-se a necessidades básicas de subsistências. Mas sim sendo presente nas condições de vida da população.

E no que diz respeito ao desempenho social, no cenário brasileiro, o início do século XXI tem apresentado uma queda na pobreza graças à melhoria do “nível e distribuição de renda, levando a uma queda sustentada da pobreza, ao mesmo tempo em que mantém como pano de fundo a tendência de longo prazo de melhoria dos indicadores sociais.” (ROCHA, 2013, p 20).

Porém, apesar da diminuição da pobreza em comparação com níveis anteriores, o Banco Mundial (2000), em pesquisa com mais de 50 países, mostrou que a condição de vida dos pobres piorou desde os anos 1990, em compasso com o avanço de ideais neoliberais na economia e na política, com redução do Estado e captura de fundos públicos pela iniciativa privada.

A pesquisa do Banco Mundial mostrou que os pobres enfrentam alguns problemas importantes, como insegurança, falta de água potável, infraestrutura sanitária e transporte. E que estes problemas estão presentes nas cidades brasileiras, sendo marcadas pela privação material, inclusive de equipamentos urbanos indispensáveis à vida (rede de esgoto, educação e saúde). Embora sejam relevantes as estatísticas de pobreza, é importante compreender o sentido dela na vida cotidiana das pessoas, ou seja, entender a pobreza na sua multidimensionalidade.

Demo (2003) destaca o caráter político da pobreza, quando afirma que mais

importante que a privação material, a pobreza tem a ver com os pobres sendo impedidos de ter e de ser. Dessa forma, a pobreza tem a ver com a falta de voz dos excluídos, a recusa em ouvi-los, a negação de seus direitos básicos para uma existência digna. Por isso são importantes pesquisas que territorializem os indicadores sociais e os serviços fundamentais, porque auxiliam na leitura dos territórios excluídos e na elaboração de políticas públicas.

Assim, Sen (2000) defende o desenvolvimento como liberdade, para ele a pobreza nada mais é que a privação de capacidades básicas, em vez de tão somente um indicador de renda. Assim, o desenvolvimento só pode ser atingido quando liberdades substantivas dos cidadãos são garantidas (saúde, educação, saneamento básico e liberdade de expressão). Isto é, apesar da importância da produção de indicadores sociais que permitam entender a pobreza, precisamos compreendê-la como um problema que ultrapassa indicadores de renda. É importante a participação política e a liberdade de expressão, além de outras capacidades essenciais para o desenvolvimento. A liberdade não é apenas o objetivo primordial para atingir o desenvolvimento, senão o seu principal meio (SANTOS; ANTUNES, 2017).

Pelo que foi exposto, vimos que a problemática das desigualdades é atual na formação socioespacial brasileira, onde se faz prementes avanços na consolidação e nas garantias dos direitos sociais, sem as quais não se pode ter uma vida digna. Entre os direitos fundamentais, podemos mencionar o acesso à educação, ao trabalho, à renda digna, à moradia, a um meio ambiente saudável, à saúde etc. Num país de dimensão continental como o Brasil, a pobreza, a desigualdade e a exclusão social exibem características específicas em cada lugar.

A noção de diferenciação espacial sempre ocupou papel central na Geografia, preocupada com as práticas dos homens e sua repartição criando uma vasta gama de áreas diferenciadas. Para Corrêa (2007, p. 63), “as diferenças sócio-espaciais são inevitáveis e necessárias ao capitalismo”. As diferenças sócio-espaciais “constituem simultaneamente reflexo, meio e condição para o funcionamento e reprodução do sistema capitalista”.

A exclusão social frente à vulnerabilidade

Exclusão social e desigualdade são fenômenos bem característicos e guardam relação entre si no Brasil. Exclusão social é o que mais suscita debate no meio acadêmico (MELAZZO; GUIMARÃES, 2010). O termo exclusão social foi amplamente utilizado no contexto social, para depois ser inserido no ambiente acadêmico (LEVITAS, 2000).

No Brasil, por conta das particularidades históricas que geraram estruturas sociais profundamente desiguais, são vários os termos utilizados. Buarque (1993) propôs o termo apartação, enquanto outros pesquisadores têm dado sentido ao conceito a partir da realidade brasileira, propondo outros conceitos ou os ressignificando. Para Escorel (1999), a exclusão social remete a um processo, podendo ter origem com a perda do emprego e culminar na condição de morador em situação de rua, com o rompimento dos vínculos sociais e familiares. Trata-se de uma compreensão da exclusão social como multidimensional, envolvendo, também, situações de pobreza e desigualdade. Contudo, esses conceitos não são iguais, pois uma situação de exclusão social pode não envolver privação material, mas sim envolver a negação o direito de exercer própria cidadania daqueles de sujeitos que estão em situação de vulnerabilidades sociais, que segundo Robert Castel (1997) seria uma “zona intermediária instável” que,

[...] em particular, ocupa uma posição estratégica. É um espaço social de instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária na sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional. Daí o risco de caírem na última zona, que aparece, assim, como o fim de um percurso. É a vulnerabilidade que alimenta a grande marginalidade ou a desfiliação (CASTEL, 1997, p. 26).

E que pode ser ampliadas mediante a intensificação da insegurança provocada pelo desemprego, precariedade do trabalho e a fragilidade de apoios relacionais, que provoca situações de vulnerabilidade de grande parcela da sociedade. E que, em períodos de crise econômica, pode atingir a patamares de maior degradação social, no que o sociólogo francês vai chamar de zona de desfiliação.

Para Martins (1997), sob uma sociedade capitalista, não se pode falar de excluídos porque as pessoas estão inseridas precariamente no sistema econômico. E segundo Gabatz (2015, p 46), tanto a exclusão quando a vulnerabilidade afeta a todos, seja pela

privação de “elementos essenciais para uma vida digna e cidadã” ou por “impor as incertezas em relação ao futuro”.

A evolução de indicadores sociais da cidade de Campos dos Goytacazes

Contextualizando a evolução de indicadores sociais em escala municipal da cidade de Campos dos Goytacazes, por meio de dados disponibilizados pelo Atlas Brasil, podemos perceber que, nas últimas décadas (de 1991 a 2010), o grau de urbanização do município aumentou 16%, sendo que a população urbana teve um aumento de 28%, ao passo que a população rural exibiu diminuição de 63%, (tabela 1), mostrando que houve um aumento significativo na urbanização da cidade.

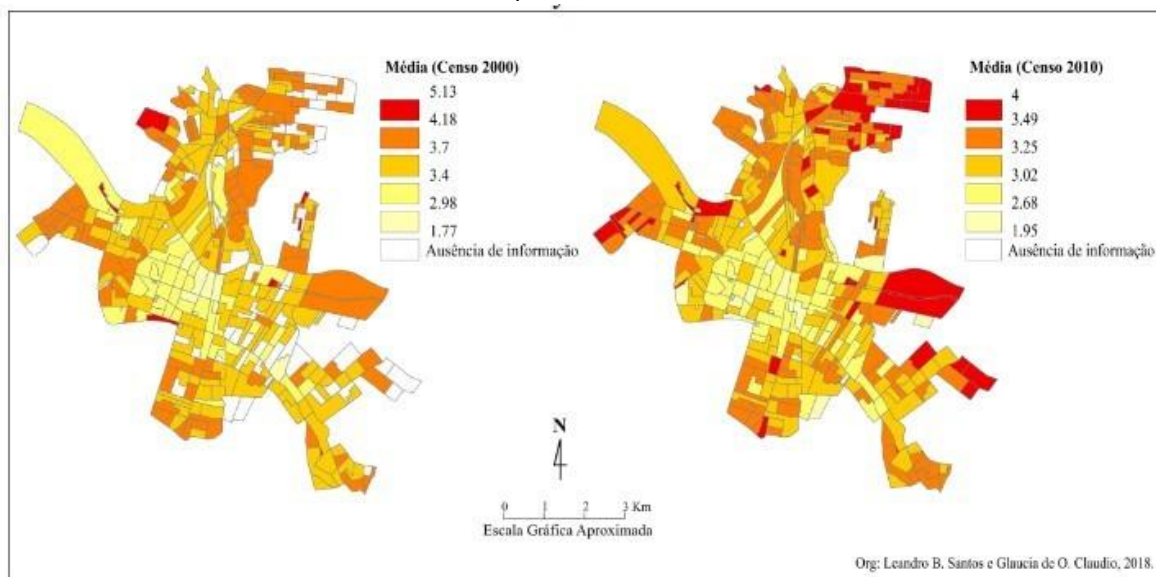
Tabela 1 - População Total, por Gênero, Rural/Urbana - Município - Campos dos Goytacazes - RJ

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Total	376.496	100	407.118	100	463.731	100
Masculina	183.660	48,78	196.779	48,33	223.259	48,14
Feminina	192.836	51,22	210.339	51,67	240.472	51,86
Urbana	317.981	84,46	364.177	89,45	418.725	90,29
Rural	58.515	15,54	42.941	10,55	45.006	9,71

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2018

E quando analisado a média de moradores por domicílio, por setor censitário na malha urbana da cidade através dos censos de 2000 e 2010, percebemos que a média de moderadores foi de até cinco moradores por domicílio, porém chamamos atenção para os setores que não apresentam informação no ano de 2000, apresentam no ano de 2010 domicílios com três a quatro moradores.

Mapa 1 - Média de moradores por domicílio, por setor censitário, na cidade de Campos dos Goytacazes – RJ



Fonte: Microdados do IBGE (Censos 2000 e 2010)

Fonte: CLAUDIO; SANTOS, 2019.

Podemos perceber que o adensamento populacional encontra-se marcado nas áreas periféricas da cidade e que há uma concentração maior no subdistrito de Guarus no ano de 2010, principalmente nos bairros Parque São Silvestre, Parque Eldorado, Vila Industrial, Parque Santa Rosa ao norte e noroeste da cidade, e nos bairros Quinze de Novembro, Parque Nova Brasília e Parque Esplanada, a oeste, e nos bairros Penha, Parque do Prado e Parque Belo Vista, sentido ao distrito de Goytacazes

Quando olhamos para a estrutura etária do município, (tabela 2), no período analisado, percebemos que os jovens menos de 15 anos representavam 23% da população, enquanto 68,75% encontram-se na faixa 15 a 65 anos. Grande parte da população se caracteriza como economicamente ativa, quer dizer, está inserida no mercado de trabalho ou está à procura de alguma atividade remunerada. Assim como ocorre no padrão da pirâmide etária nacional, a cidade de Campos apresenta um crescimento populacional de jovens (a partir de 15 anos) e adultos e,

consequentemente, um tímido aumento da população idosa.

Tabela 2 - Estrutura Etária da População - Município - Campos dos Goytacazes – RJ

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	119.756	31,81	111.190	27,31	107.288	23,14
15 a 64 anos	236.391	62,79	267.994	65,83	318.833	68,75
População de 65 anos ou mais	20.349	5,4	27.934	6,86	37.610	8,11
Razão de dependência	59,27	-	51,91	-	45,45	-
Taxa de envelhecimento	5,4	-	6,86	-	8,11	-

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2018

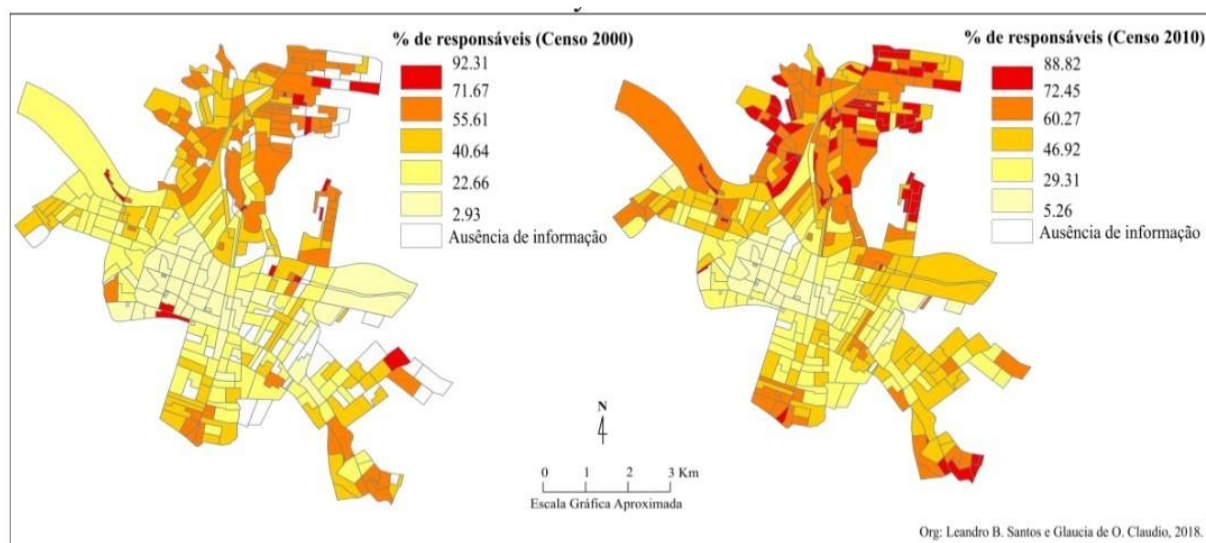
Porém, o que chama atenção, entre os anos 1991 e 2010, é a razão de dependência que vai de 59,27 da população em 1991 para 45,45 em 2010, ou seja, temos um quadro de uma população que, apesar de estar passando por um processo de um aumento na taxa de envelhecimento, a população mais idosa encontra-se ativa economicamente. Segundo dados do Atlas Brasil, houve diminuição na taxa de atividade da população de acima de 18 anos que corresponde à parcela da população economicamente ativa, passando de 62,34%, em 2000, para 61,38%, em 2010. Contudo, há a diminuição daqueles que se encontravam economicamente ativos e desocupados (14,59% em 2000 para 10,19% em 2010), acarretando uma competitividade cada vez maior no mercado de trabalho que tem se tornado cada vez mais precário. E que, como já vimos anteriormente, resultará na maior incerteza perante o futuro, levando as novas gerações a enfrentar situações de vulnerabilidade sociais.

Quando olhamos para a desigualdade, pobreza e a renda no município de 1991 a 2010, podemos que houve a diminuição de 28,54% de pobres, uma vez que o índice de Gini saltou de 0,62%, em 1991, para 0,55, em 2010. Porém, com vimos anteriormente, se temos o aumento da riqueza e a diminuição da pobreza, a desigualdade tende a se manter presente e até se acentuar, na medida em que a

concentração da riqueza cresce num ritmo mais acelerado do que a diminuição da pobreza.

E, se olharmos a malha urbana da cidade por meio do indicador de economia, com a variável de responsáveis com até 2 salários mínimo (mapa 2), ou seja, aquela que representa a população economicamente ativa na cidade, perceberemos que, no ano de 2010, aproximadamente 88% de responsáveis encontravam-se em situações de baixo rendimento familiar, principalmente na porção norte da cidade. Os bairros que apresentavam de 60% a 88% eram Parque Guarus, Parque Cidade Luz, Parque Prazeres, Parque Novo Mundo, Parque São Domingos e Penha.

Mapa 2 - Responsável com até 2 salários mínimo, por setor censitário, na cidade de Campos dos Goytacazes - RJ



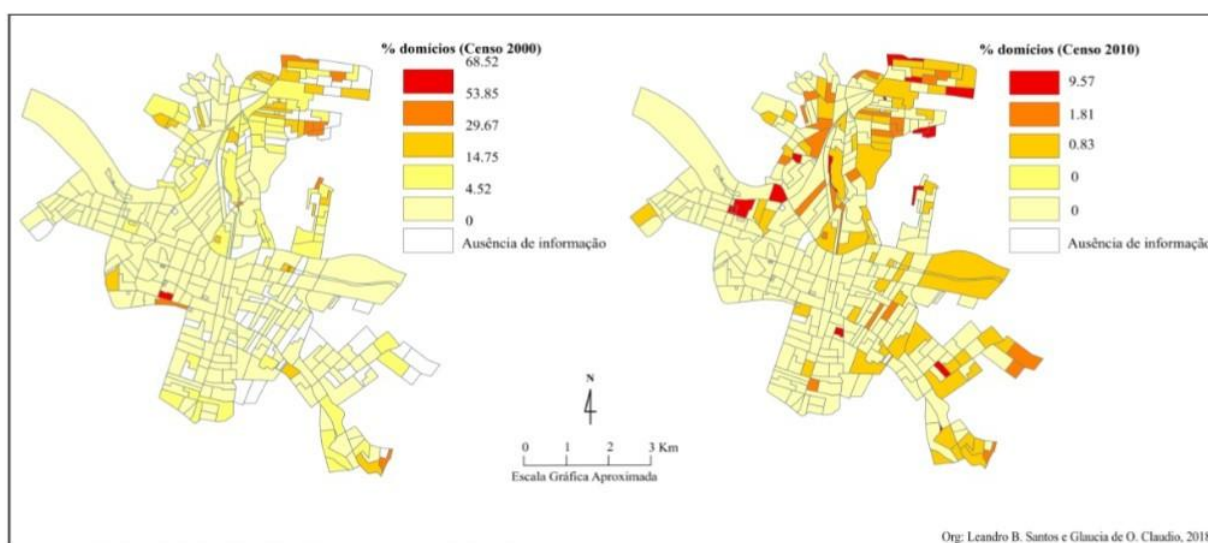
Fonte: Microdados do IBGE (Censos 2000 e 2010)

Fonte: CLAUDIO; SANTOS, 2019.

Outro indicador que nos auxilia na identificação das áreas de exclusão da cidade é o de ambiente. Ao analisarmos a variável de domicílios sem acesso a banheiros (mapa 3), verificaremos onde estão situadas as populações e domicílios mais precários da

malha urbana da cidade. Em comparação com o ano de 2000, houve uma diminuição de 58% no ano de 2010 dos domicílios sem acesso a banheiros. Porém, há presença de domicílios que ainda apresentam um percentual significativo de domicílios sem acesso a banheiros em setores que são marcados por baixa renda e núcleos familiares numerosos. A combinação dessas condições de exclusão, seja pela renda, ou falta de acesso a equipamentos urbanos essenciais para uma cidadania digna, os leva a viver em situações de vulnerabilidade que afeta todo núcleo familiar.

Mapa 3 - Domicílios sem banheiro (%), por setor censitário, na cidade de Campos dos Goytacazes - RJ



Fonte: Microdados do IBGE (Censos 2000 e 2010)

Fonte: CLAUDIO; SANTOS, 2019.

Arelado a falta de acesso a saneamento básico, condições baixas de rendimento familiar, crianças, adolescentes e jovens são frequentemente estigmatizados e, em alguns casos, tratados com total exclusão da sociedade. E isto não tem seguido o propósito do Estatuto da Criança e Adolescente, promulgada em 1990, que considera menores aquelas crianças de até 12 anos de idade e adolescente aqueles entre 12 e 18 anos. E teve como propósito inicial,

[...] promover uma alteração no paradigma conceitual e nas práticas dele derivadas: abandonar a concepção de menor carente ou delinqüente, associada à pobreza e à cor, abandonar a doutrina da situação irregular, através da qual os órgãos públicos tinham como função básica corrigir desvios de conduta, e adotar a concepção de cidadania ampliada, mais condizente com a ordem internacional proposta pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, adotada pela ONU, em 1989 (GONÇALVES; GARCIA, 2007 p.6)

Quando buscamos identificar questões que afetam diretamente adolescentes e jovens, desde o início da década de 1990, vemos “o fenômeno da gravidez precoce, que incide mais perversamente sobre mulheres de baixa renda, e as taxas de homicídio entre jovens do sexo masculino, moradores de periferias e favelas” (GONÇALVES; GARCIA, 2007 p.4), um fenômeno que acompanhou, neste mesmo período, a queda de índices de fecundidade, mas que ainda é acentuado onde a exclusão social se apresenta de forma significativa.

Além disso, o que afeta adolescentes e jovens principalmente do sexo masculino, nesta primeira década do século XXI, tem sido a mortalidade por armas de fogo que tem superado a morte por outras formas de violência ou doença (PHEBO, 2005, p.28 apud GONÇALVES; GARCIA, 2007 p.6). Com a “autonomia” atingida precocemente por jovens e adolescentes, seja por se tornarem responsáveis por outras vidas, ou seja, pela busca em prover o próprio sustento ou contribuir com a renda familiar, nos últimos anos, tem esbarrado em outros fatores que apresentam “mais de 40% de jovens entre 21 e 24 anos e cerca de 17% dos jovens da mesma faixa etária, não trabalham nem estudam (SPOSITO, 2005 apud GONÇALVES; GARCIA, 2007 p. 10).

Quando buscamos apresentar um perfil socioeconômico de adolescentes e jovens, precisamos levar em consideração os fatores que marcam a exclusão através dos espaços estruturais salientados por Santos (2000, apud Sarmento, 2002), que são: os espaços produção, onde está presente capital como riqueza acumulada de gerações e paralelamente a pobreza seguindo o mesmo caminho de hereditariedade, além das condições de relações de trabalho e renda que afeta diretamente jovens através dos seus núcleos familiares que sofrem com a precarização e a dificuldade de inserção no

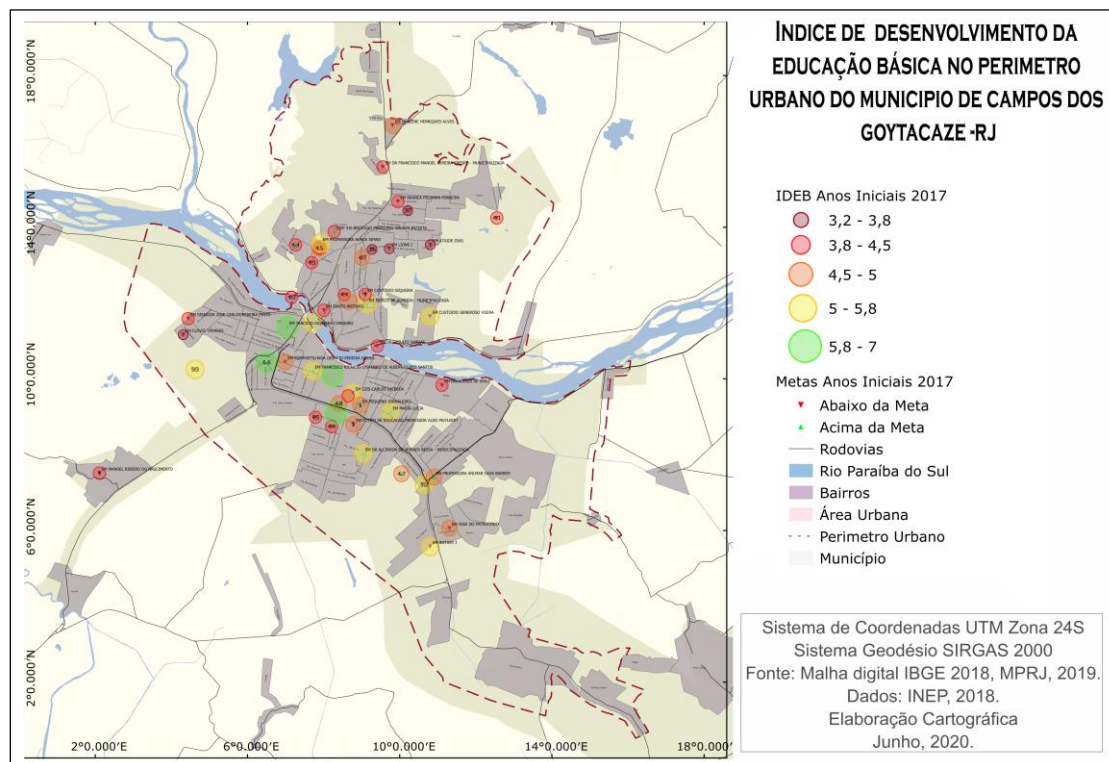
mercado de trabalho, principalmente em períodos de crises e consequentemente cria “acesso desigual a bens de mercado de produção para a infância” (SARMENTO, p. 269, 2002); os espaços domésticos que são marcados cada vez mais por núcleos familiares monoparentais; o espaço da cidadania, na qual temos as instituições escolares, que, em algumas situações, dividem com as famílias parte de tempo diário para a formação desses jovens e adolescentes e que, em períodos de crises, pela falta de emprego em seus núcleos familiares, tornando-se espaço de acomodação desses jovens e adolescentes e ao mesmo tempo promovendo a oportunidade de que estes construam seus sentidos de cidadania.

Para isso, buscamos levantar e sistematizar os dados de empenho das escolas através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (mapa 4, mapa 5), para entender onde estão espacializadas as escolas que têm apresentado um desenvolvimento abaixo da meta esperada, com o intuito de que este material possa auxiliar em ações futuras quanto à compreensão das urgências de cada escola e cada bairro que ela encontra inserida.

Quando analisamos o Índice de Desenvolvimento Escolar - IDEB dos anos iniciais (mapa 4), ou seja do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental, percebemos que, no ano de 2017, as escolas que apresentaram um índice acima da meta para o ano estão situada no eixo central da cidade. E quando olhamos para a situação das escolas situadas ao eixo norte de cidade e nos bairros periféricos, podemos perceber que não só tiveram um desempenho menor, como também não atingiram a meta alcançada.

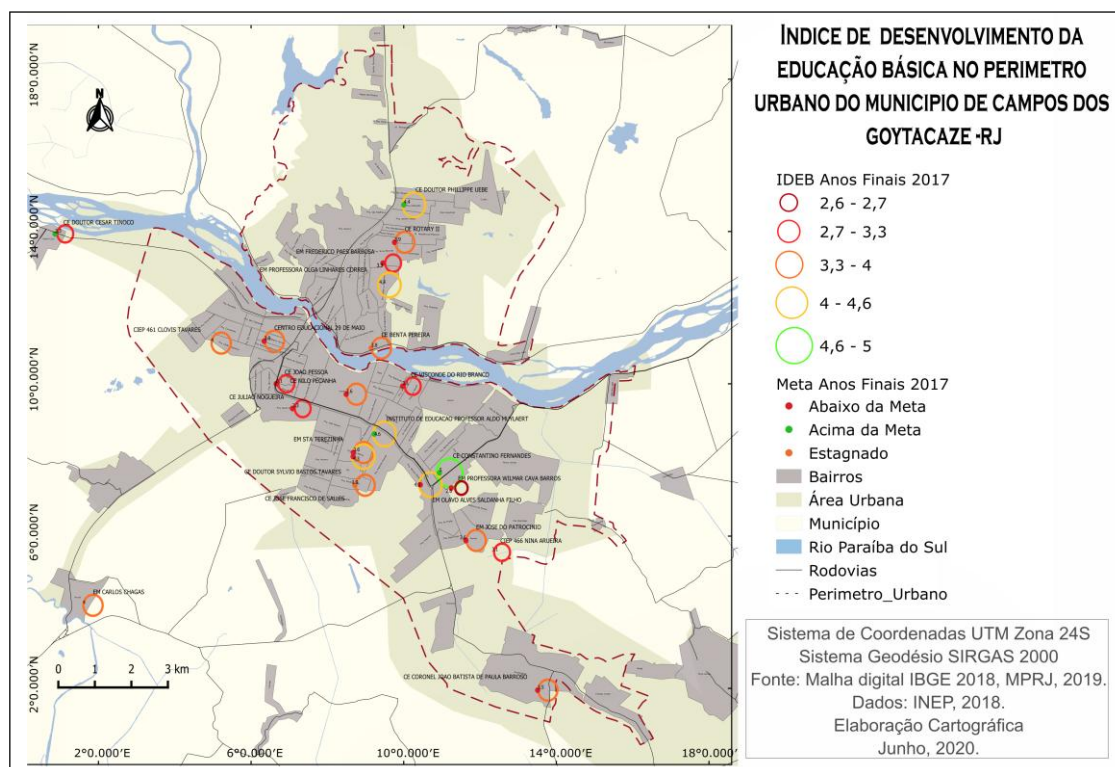
Quando analisamos o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB no perímetro urbano nos anos finais (mapa 5), ou seja, do sexto ao nono ano, podemos perceber que a maioria das escolas não chegaram a atingir um IDEB superior a 4,6. Mas precisamos destacar que no ano de 2017, apesar de boa parte das escolas situadas em bairros periféricos estarem abaixo da meta para o ano, tivemos também escolas que, apesar do índice baixo, conseguiram supera a meta para o ano, como, por exemplo, escolas situadas no bairro Parque Eldorado, no terceiro subdistrito de Guarus e também no bairro Santa Cruz.

Mapa 4 - Desenvolvimento IDEB Anos iniciais 2017 em Campos dos Goytacazes



Fonte: INEP, 2018 Elaboração: Glaucia de O. Claudio

Mapa 5 - Desenvolvimento IDEB Anos iniciais 2017 em Campos dos Goytacazes



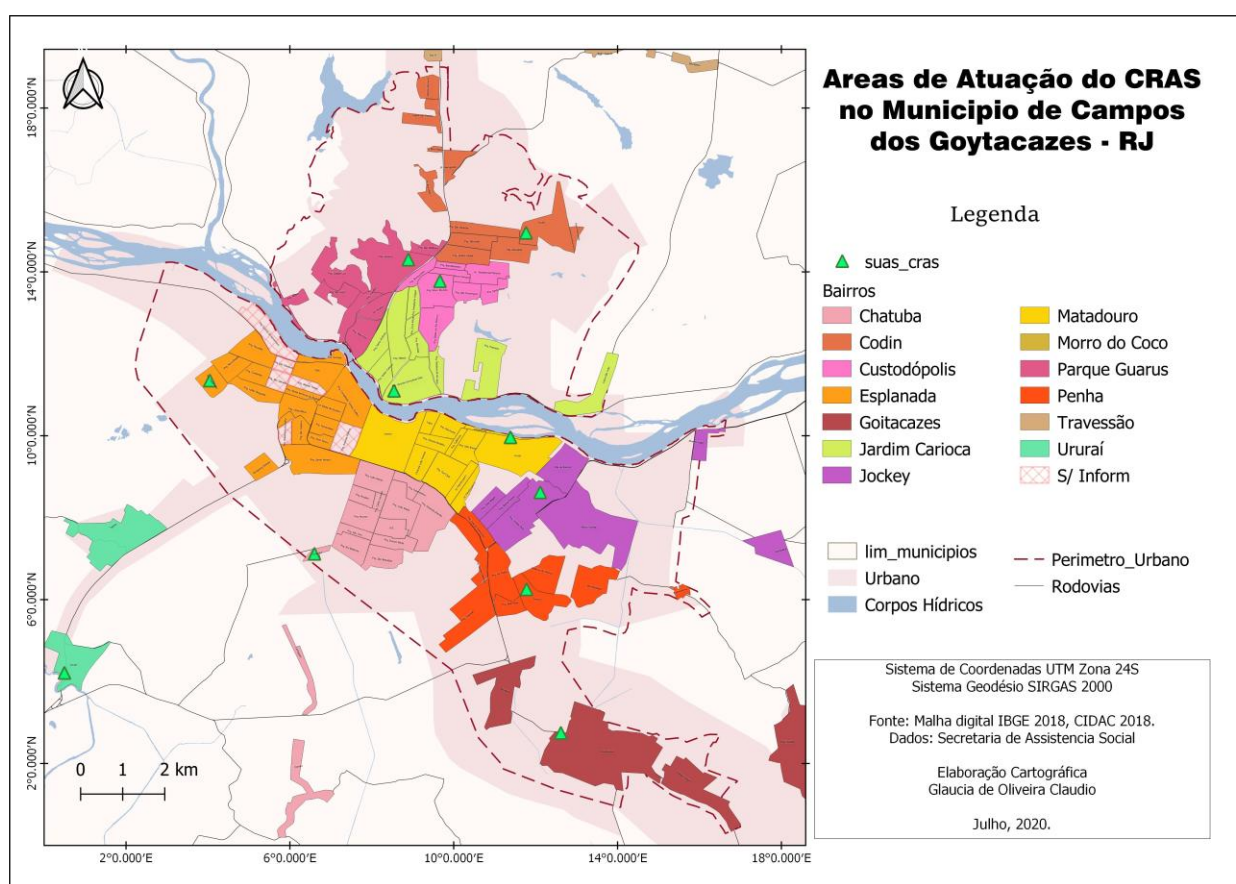
Fonte: INEP, 2018 **Elaboração:** Gláucia de O. Claudio

Levantamos e sistematizamos também dados do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, obtidos através da Secretaria de Assistência Social, na qual tivemos acesso a informações de famílias e pessoas cadastradas no CaDÚnico do ano de 2019 e até o início de 2020, ou seja, no período anterior a pandemia. Reforçamos aqui que, se quisermos realizar um diagnóstico das condições socioeconômicas da infância e juventude, precisamos compreender também a situação dos núcleos familiares em que esses jovens e adolescentes estão inseridos.

No município de Campos dos Goytacazes, 58 mil famílias estavam cadastradas do CaDÚnico no ano de 2019. E estes cadastros são realizados por meio do CRAS, um equipamento público que atende pessoas por área de atuação. A fim de realizar uma análise da espacialização das famílias e pessoas cadastradas no CadÚnico, precisamos

primeiramente compreender quais são estas áreas de atuação do CRAS no perímetro urbano (mapa 6).

Mapa 6 - Área de Atuação do CRAS no município de Campos dos Goytacazes - RJ



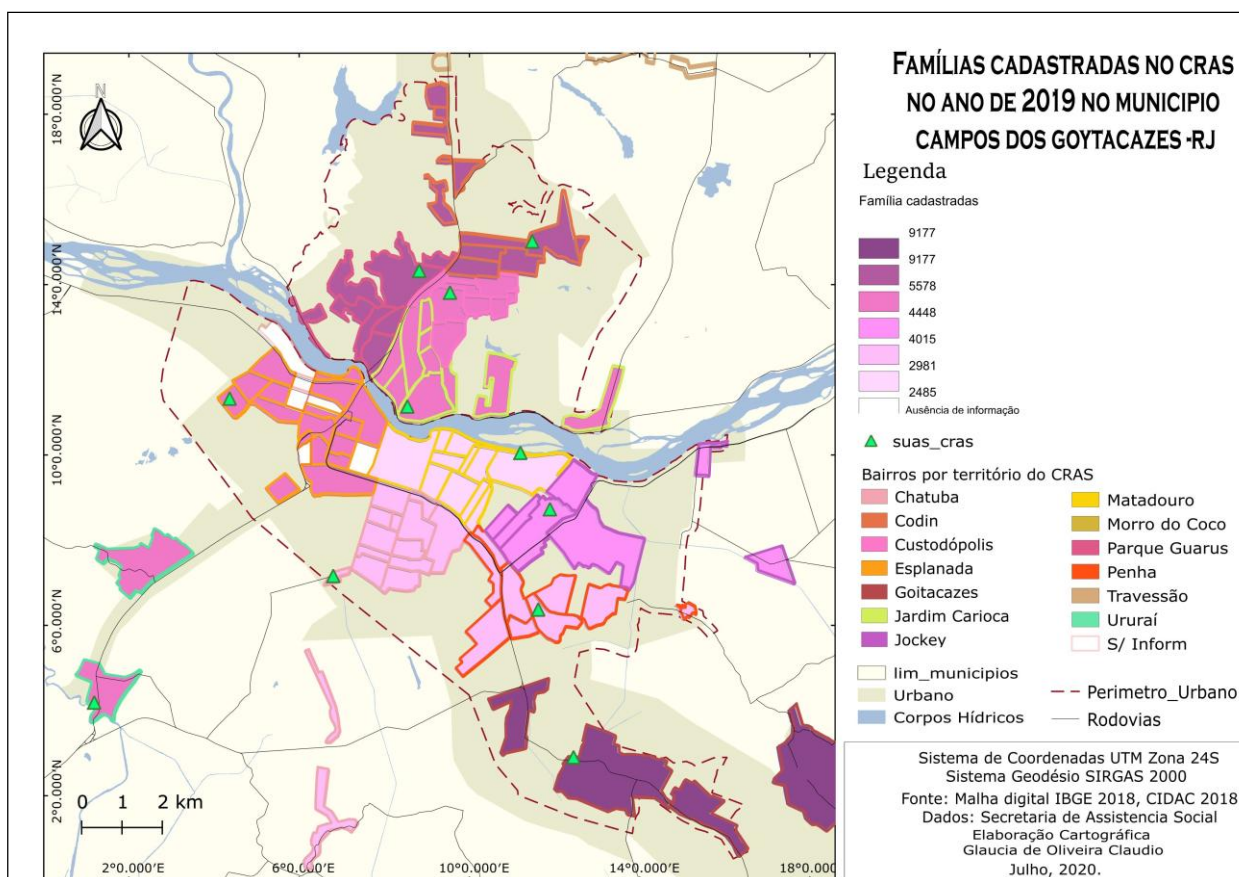
Fonte: Secretaria de Assistência Social de Campos **Elaboração:** Glaucia de O. Claudio

Ao todo, existem 13 Centros de Referência de Assistência Social no município de Campos dos Goytacazes, dos quais 10 estão situados no perímetro urbano. Porém, vale destacar que o território de Goitacazes, apesar de ter seu centro de referência dentro do perímetro urbano, possui uma área de abrangência que se estende até bairros ao litoral do município. Com isso, apesar de este território se destacar em alguns indicadores, não podemos considerá-lo por completo, uma vez que o nosso recorte

espacial é o perímetro urbano.

Quando olhamos para o número de famílias cadastradas no CRAS no ano de 2019 (mapa 7), podemos perceber que além do território de Goytacazes, com 9177 famílias, os territórios de Codin e Parque Guarus são territórios com mais de 5576 famílias, seguidos dos territórios de Custodópolis e Jardim Carioca, com mais de 4448 famílias, todos situados ao eixo norte da cidade, assim como o território de Esplanada.

Mapa 7 - Famílias Cadastradas por território do CRAS no perímetro urbano de Campos dos Goytacazes - 2019

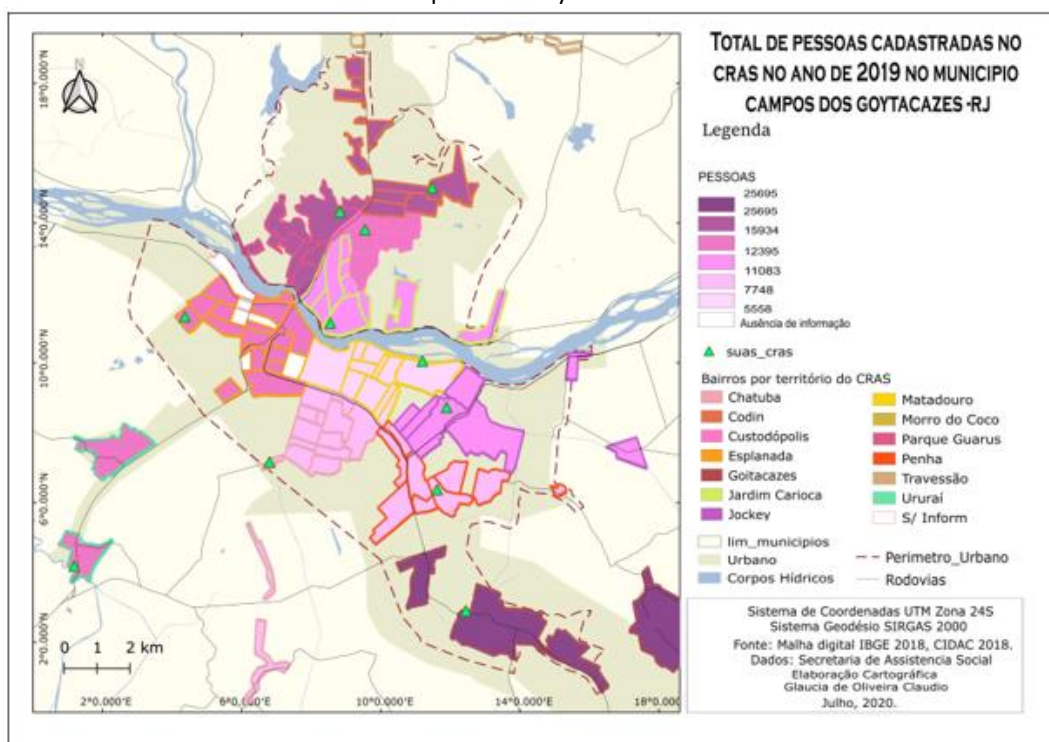


Fonte: Secretaria de Assistência Social de Campos **Elaboração:** Gláucia de O. Claudio

Podemos perceber que, apesar de praticamente todos os 78 bairros situados no perímetro urbano, serem atendidos pelo CRAS, os bairros do Parque Avenida Pelinca, Parque Presidente Juscelino, Parque Alberto Torres, Parque São Salvador e Parque Quinze de Novembro não apresentam esta informação. Destacamos também que os territórios do Matadouro, que abrange do centro da cidade até o Horto, foi o que apresentou o menor número de famílias cadastradas, chegando até 2961 famílias.

Quando olhamos para o número de pessoas atendidas por este equipamento público, percebemos que o mesmo padrão por bairros e territórios de famílias atendidas se repete quando olhamos para o número de pessoas atendidas. Porém, ao olharmos para o número de pessoas cadastradas no CRAS no ano de 2019 (mapa 8), podemos perceber quais são os territórios que concentram o maior número de pessoas atendidas.

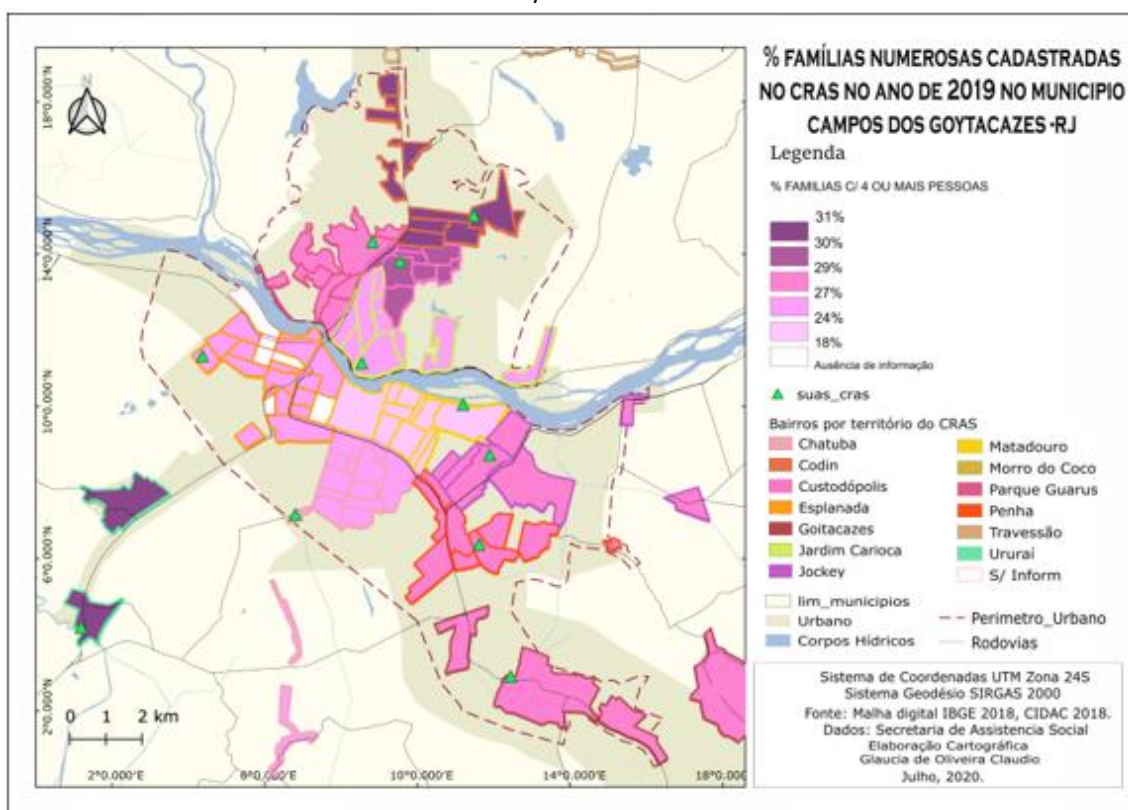
Mapa 8 - Total de pessoas cadastradas por território do CRAS no perímetro urbano da cidade de Campos dos Goytacazes - 2019



Fonte: Secretaria de Assistência Social de Campos **Elaboração:** Gláucia de O. Claudio

Quando olhamos para o número de pessoas, podemos perceber que a concentração dessas pessoas cadastradas começa a se apresentar em territórios mais distantes e conseqüentemente em bairros mais periféricos, com destaque para os territórios de Codin e Jardim Guarus chegando até 25695 pessoas. Esta concentração de famílias e pessoas por território da CRAS começa a ganhar mais evidência quando olhamos para o percentual de famílias com núcleos familiares numerosos. (mapa 9).

Mapa 9 - Percentual de famílias numerosas cadastradas por território do CRAS no município de Campos dos Goytacazes- 2019

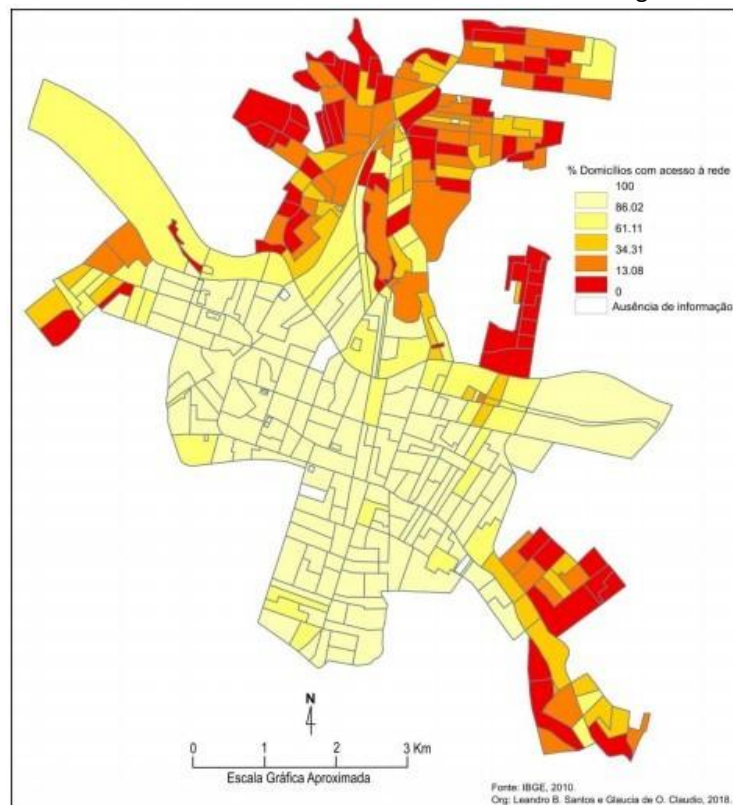


Fonte: Secretaria de Assistência Social de Campos **Elaboração:** Gláucia de O. Claudio

Apesar da diferença percentual entre os territórios não apresentar uma discrepância tão significativa do ponto de vista dos valores de um para o outro, podemos perceber que os territórios de Codin apresentam 31% de famílias com quatro ou mais pessoas cadastradas, seguido do território de Custodópolis, com 30%, e os territórios de Parque Guarus, Jockey, Penha e Goytacazes entre 27% a 29%. Cabe comentar aqui que, apesar de no mapa o território de Ururá também aparecer com um percentual de famílias com quatro ou mais pessoas cadastradas, este território não se encontra dentro de perímetro urbano.

Vale ressaltar que, além desses núcleos familiares numerosos por território do CRAS e conseqüentemente por bairros, precisamos ter em mente que as condições de moradia que estas pessoas se encontram perpassam a questão do baixo rendimento. Se fizermos o comparativo com o indicador de ambiente, na qual podemos identificar os domicílios com acesso a rede de esgoto (mapa 10), fica evidenciado aqueles que não possuem este acesso.

Mapa 10 - Indicador de Ambiente – Domicílios com acesso à rede de esgoto no ano de 2010



Fonte: CLAUDIO; SANTOS, 2019.

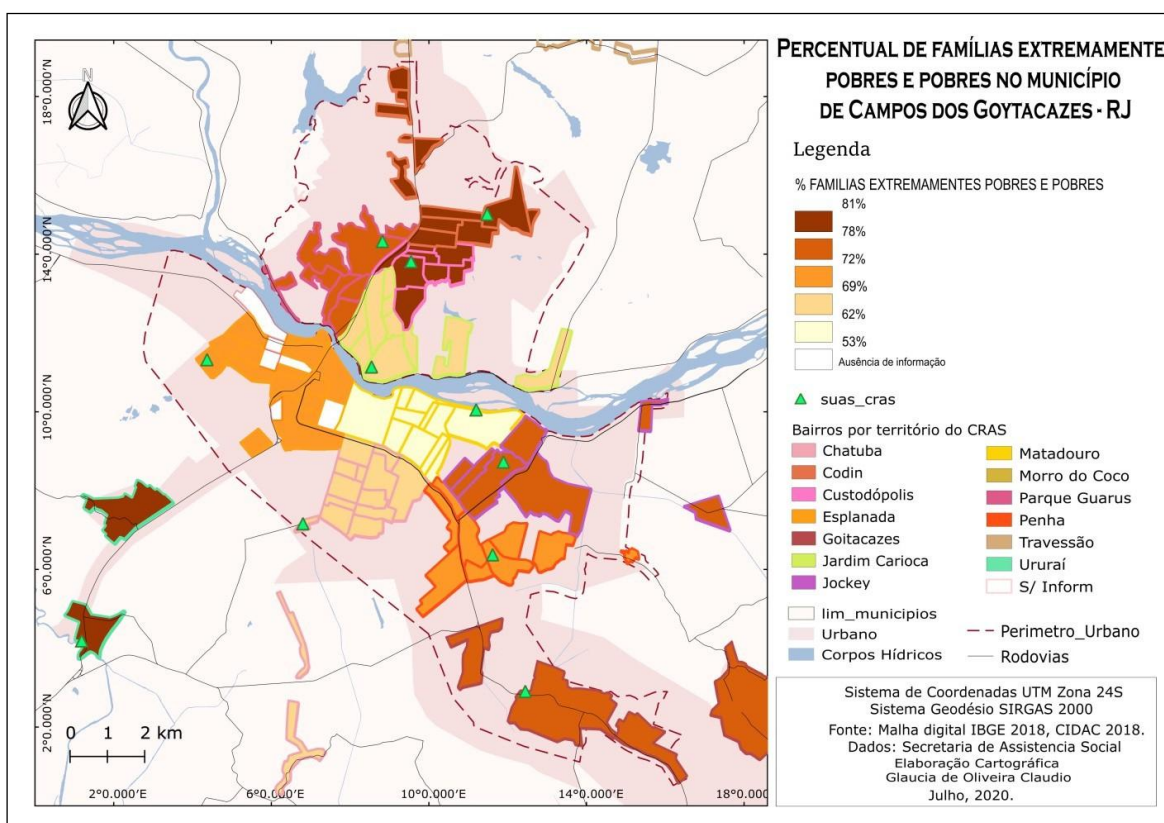
Podemos ver por setor censitário que, no último censo demográfico do IBGE de 2010, as áreas periféricas da cidade e principalmente o terceiro subdistrito de guarus apresentavam setores censitários nos quais o acesso a rede de esgoto não ultrapassava 61%. Ou seja, além de uma vulnerabilidade econômica, estas famílias encontravam-se em situações de insalubridade pela falta de acesso a um saneamento adequado.

Isto se agrava quando olhamos para o percentual de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza (mapa 11). Vale ressaltar aqui que pobres são aqueles que recebem entre 89 reais e 178 reais, enquanto os extremamente pobres são aqueles que possuem renda familiar em até 89 reais. Das famílias cadastradas no CRAS, de 78% a

81% encontra-se em situações de pobreza e extrema pobreza nos territórios de Codin e Custodópolis, enquanto nos territórios de Parque Guarus, Jockey e Goytacazes cerca de 72% a 81% de famílias se encontram nestas condições.

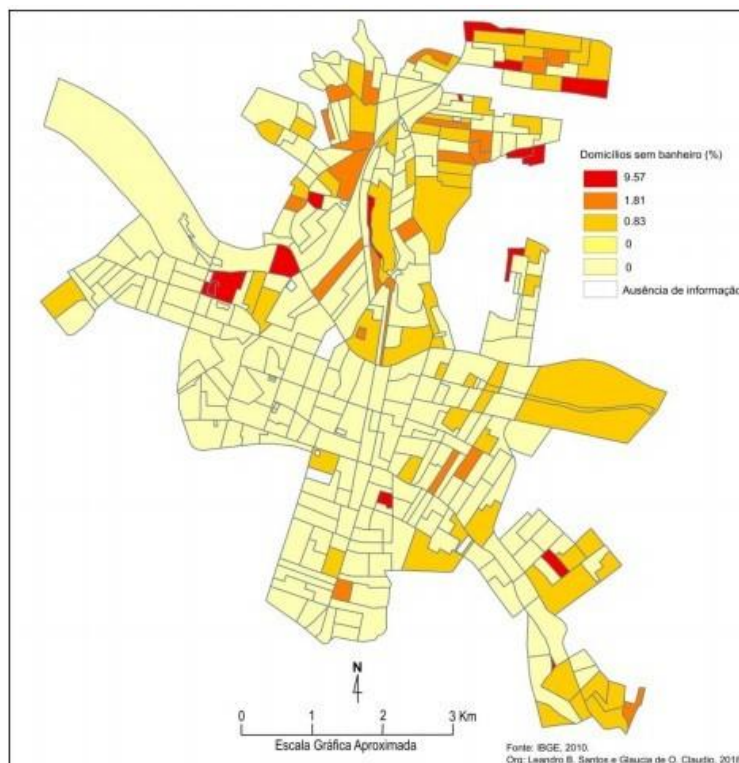
E se olharmos mais uma vez para o indicador de ambiente, com a variável de domicílios sem acesso a banheiro no ano de 2010 (mapa 12), podemos ver que está situação de insalubridade se agrava em setores censitários que estão situados nos territórios que mais se destacam com famílias pobres e extremamente pobres.

Mapa 11 - Famílias pobres e extremamente pobres por território do CRAS no perímetro urbano do município de Campos dos Goytacazes - 2019



Fonte: Secretaria de Assistência Social de Campos **Elaboração:** Gláucia de O. Claudio

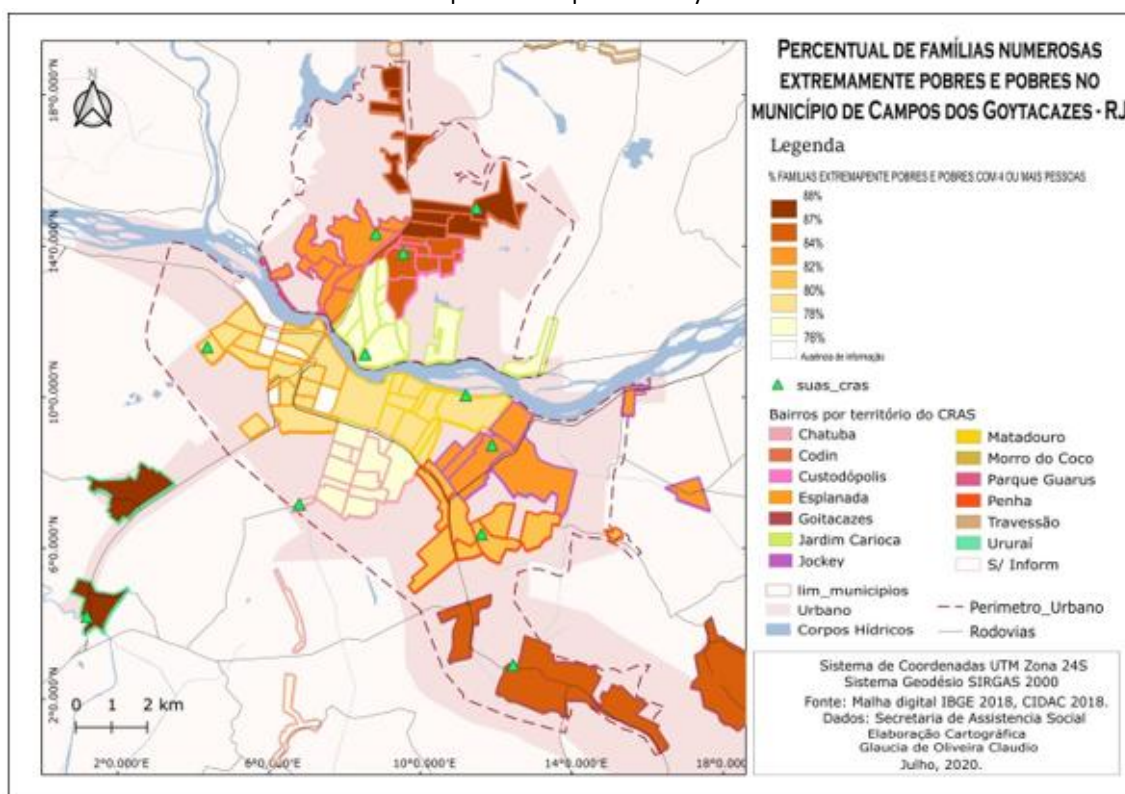
Mapa 12 – Indicador de Ambiente - Domicílios sem acesso a banheiro no ano de 2010



Fonte: CLAUDIO; SANTOS, 2019.

A exclusão social se materializa nestes espaços onde as famílias se encontram em situações de baixo rendimento, onde o saneamento básico não chega com o mesmo nível que o eixo central da cidade, parte destas famílias ainda enfrenta a falta de acesso a um instrumento básico para a higiene como banheiros em seus próprios domicílios; com isso, a própria questão de saúde tende a ser prejudicada. A pobreza e extrema pobreza aparecem mais perversas para núcleos familiares numerosos (mapa 13).

Mapa 13 Núcleos familiares numerosos em situação de pobreza e extrema pobreza, por território do CRAS no município de Campos dos Goytacazes - 2019

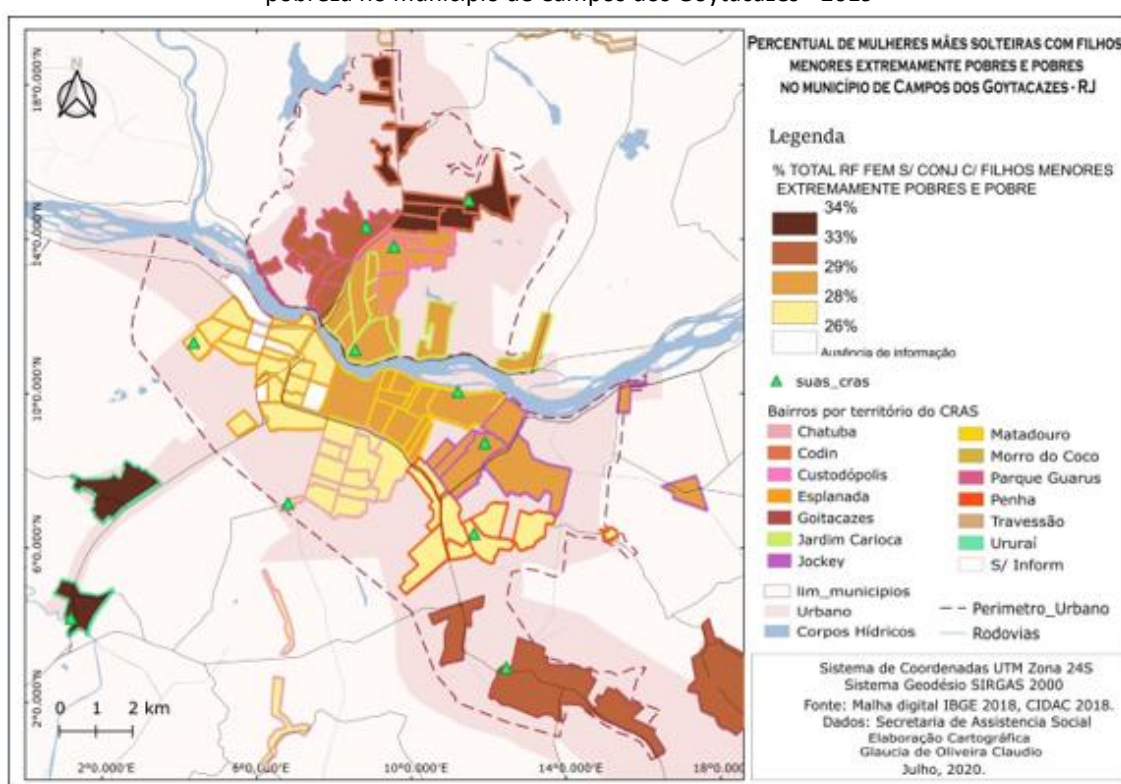


Fonte: Secretaria de Assistência Social de Campos **Elaboração:** Glaucia de O. Claudio

Podemos ver que o território do Codin mais uma vez se destaca com 88% de famílias numerosas em situação de pobreza e extrema pobreza, seguido pelos territórios de Custodópolis e Goytacazes com aproximadamente 85%. Entre estas famílias, de 26% a 34% são compostas por mães solteiras com filhos menores de idade (mapa 14). E mais uma vez podemos perceber o padrão se repetindo, com o território do Codin se destacando com 34%, seguido do território de Parque Guarus indo de 29% a 33% juntamente com Goytacazes, enquanto os territórios de Custodópolis, Jardim Carioca, Matadouro e Jockey apresentam 28%, e os territórios da Penha, Chatuba e Esplanada

de 26% famílias monoparentais, representadas por mulheres com filhos menores de idade.

Mapa 14 - Mães solteiras com filhos menores por território de CRAS em situação de pobreza e extrema pobreza no município de Campos dos Goytacazes - 2019



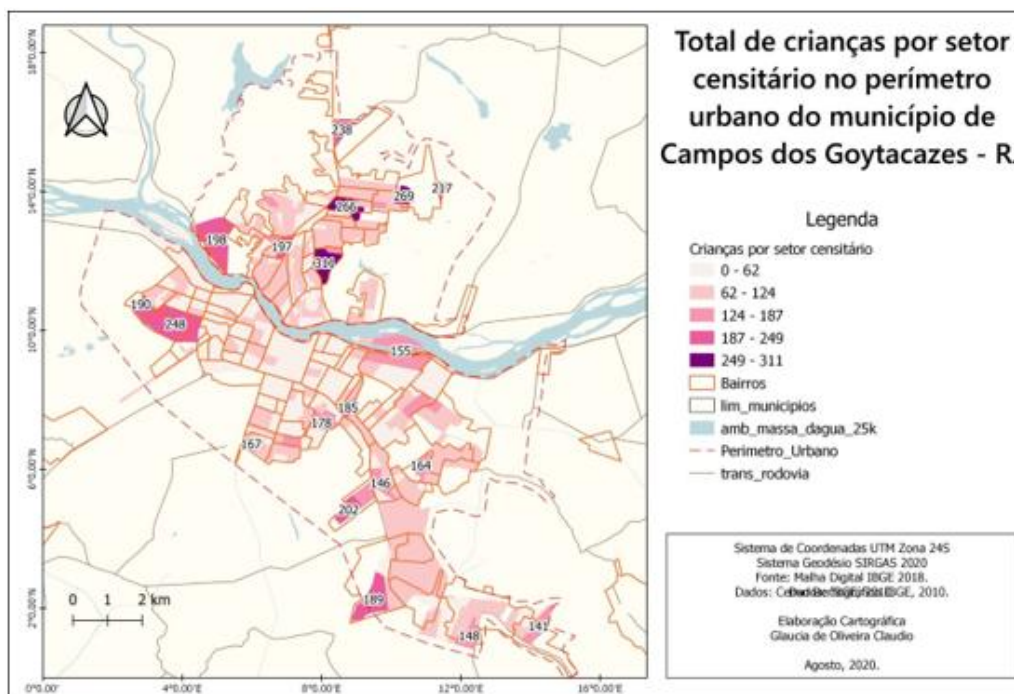
Fonte: Secretaria de Assistência Social de Campos **Elaboração:** Glaucia de O. Claudio

Cabe aqui ressaltar que esta análise por território do CRAS não nos permite adentrarmos na escala intra-urbana para um diagnóstico da infância e juventude mediante uma análise da exclusão social em períodos atuais. Quando olharmos apenas para o território do CRAS, não conseguimos adentrar nas áreas marcadas pela exclusão social de fato, pois corremos o risco de generalizar bairros inteiros. Os próprios bairros não são homogêneos quando adentrarmos a escala dos setores censitários. Contudo, esta análise por território do CRAS possibilitou não só espacializarmos as áreas de

atuação destes centros de referências, como também entender como estão distribuídos no perímetro urbano este equipamento público de tamanha relevância quando buscamos falar de condições socioeconômicas que permeiam a vida de nossas crianças e adolescentes.

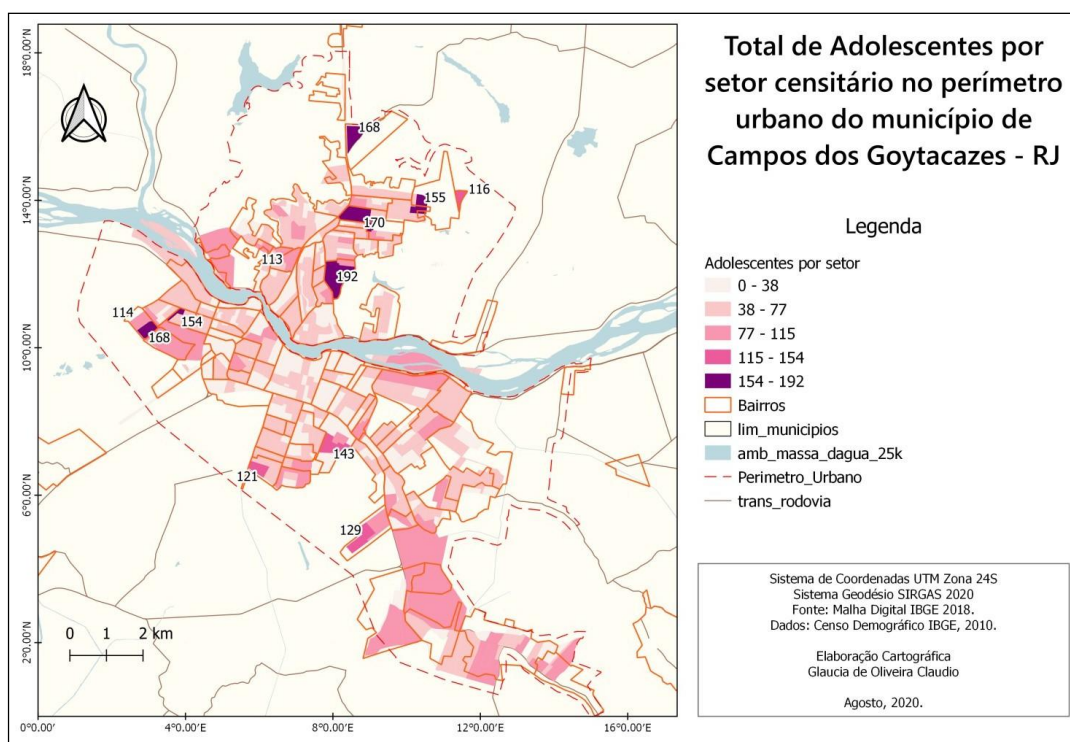
Mas, para que o poder público possa criar estratégias que melhor atendam esta população, precisamos também entender como estão espacializadas estas crianças e adolescentes no perímetro urbano (mapa 15 e 16). Segundo dados do censo demográfico do IBGE de 2010, dentro do perímetro urbano podemos perceber que alguns setores censitários se destacam com mais de 200 crianças e mais de 150 adolescentes. Estes setores, seguindo o mesmo padrão, em sua maioria estão situados no eixo norte da cidade, assim como também em outras áreas periféricas da cidade.

Mapa 15 - Total de crianças por setor censitário no perímetro urbano do município de Campos dos Goytacazes



Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010 **Elaboração:** Gláucia de O. Claudio

Mapa 16 - Total de crianças por setor censitário no perímetro urbano do município de Campos dos Goytacazes



Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010 **Elaboração:** Glaucia de O. Claudio

Referências Bibliográficas

ATKINSON, Anthony B. **Desigualdade: o que pode ser feito?**.

Leya, 2016. BUARQUE, C. **O que é apartação social**. São Paulo:

Brasiliense, 1993.

CARVALHO, E. Exclusão social e crescimento das cidades médias brasileiras.

Scripta Nova. vol. VII, núm. 146(128), Ago. 2003.

CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”.

Caderno CRH, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997.

CASTRO, I. E. Problema da espacialidade da democracia e a ampliação da agenda da geografia brasileira. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, p. 291-305, out. 2011.

CLAUDIO, G. O.; SANTOS, L. B. Os espaços da exclusão social na cidade de Campos dos Goytacazes–RJ **Revista Cerrados**, Montes Claros/MG, v.17, n.2, p.66-95, jul./dez.-2019.

CORRÊA, R. L. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais.

Cidades, v. 4, n.6, p. 61-72, 2007.

COSTA, A. B. **Exclusões sociais**. Lisboa:

Gradiva, 1998. DEMO, P. **Pobreza da pobreza**.

Petrópolis: Vozes, 2003.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Lisboa: Presença,

1975. ESCOREL, S. **Vidas ao léu**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FARIA, T. P. Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades, velhas estruturas. In. X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2015.

FARIA, T. P. Gênese da rede urbana das regiões norte e noroeste fluminense à

luz do relatório do engenheiro Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde. In: X ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2001, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, 2001.

GABATZ, C. Reflexões sobre Exclusão e Vulnerabilidade Social no Brasil Contemporâneo **Sociedade em Debate**. Pelotas. v.21 n.1 p. 33-49, 2015.

GONÇALVES, Hebe Signorini; GARCIA, Joana. Juventude e sistema de direitos no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 27, n. 3, p. 538-553, 2007.

HAESBAERT, R. Precarização, reclusão e “exclusão” territorial. **Terra Livre**. Goiânia. Ano 20, v. 2, n. 23 p. 35-52 Jul-Dez, 2004.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). A redução da desigualdade e seus desafios. Acesso em: 15 de janeiro 2016.

JANUZZI, P. M. Indicadores para Diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público de Brasília**, 56 (2), p. 137-160, abr/jun 2005.

JANUZZI, P. M. **Indicadores Socioeconômicos na gestão Pública**. Brasília: CAPES, 2009.

LEVITAS, R. What is social exclusion? In: GORDON, D; TOWNSEND, P (orgs.). **Breadline Europe: the measure of poverty**. Bristol, U. K.: The Police Press, 2000.